

Entrada de Santos ainda sem definição

Após reuniões, obras não saem do papel

DA REDAÇÃO

“É frustrante. Daqui a pouco vai acontecer outro sinistro como o incêndio nos tanques de produtos químicos da Alemoa e vai ficar um olhando para a cara do outro, com cara de paisagem”. O desabafo é do presidente do Sindicato dos Operadores portuários do Estado de São Paulo (Sospesp) e membro do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), João Almeida, lembrando o incêndio da Ultracargo em abril de 2015 e cobrando novas alças de acesso previstas no projeto da obra da entrada de Santos.

Ele está insatisfeito porque participou ontem de uma quarta reunião sobre os próximos passos para a obra e saiu de lá sem datas, apesar das várias entidades presentes.

A reunião ocorreu na sede da Dersa, em São Paulo, com a presença de membros do CAP, Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Ecovias, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Conselho de Administração da

Codesp (Consad), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindsan), Associação dos empresários da Alemoa (AMA), Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Transportadoras de Contêineres (ABTTC) e Associação Comercial de Santos (ACS).

A imprensa foi convidada a se retirar da reunião e, no fim, só João Almeida deu entrevista e resumiu: “É comum a gente conversar sobre os perigos da entrada da Cidade, do gargalo. A gente já teve o exemplo do grande sinistro que em todas as reuniões a gente fala, mas a frustração é que todo mundo sabe onde está a solução, mas o problema não consegue ser solucionado”, disse ele, lembrando que o projeto para melhorar a entrada de Santos no trânsito, acesso ao Porto e aos turistas é de 2012.

Segundo Almeida, a Prefeitura está fazendo a sua parte com relação ao projeto, apesar da



Uma cena corriqueira se repetiu no início do mês: após chover forte, a Av. N.S. de Fátima ficou alagada

espera para a licitação das obras. Já o Governo do Estado teria cumprido seu papel quanto à documentação necessária. A União anunciou avanços, mas ainda não agiu e restaria à Ecovias executar parte da obra.

Ainda conforme Almeida, a concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes ainda não assinou com o Estado um contrato de repactuação contratual. Precisaria ter segurança jurídica antes de iniciar a obra que duraria cerca de 36 meses.

Perguntada se iria falar a respeito, a Dersa informou que atendeu a solicitação do CAP para realizar a reunião na sede da companhia, encontro esse considerado “muito produtivo e esclarecedor”, citou a estatal.

A Dersa informou o que foi conversado (veja ao lado), ressaltando que a única intervenção sem definição é da parte do Governo Federal. A Ecovias foi procurada e não quis se pronunciar.

A TRIBUNA NÃO ESQUECE

29 de setembro de 2017

A Tribuna mostrou no ano passado que a Ecovias só espera aval do Governo do Estado para iniciar as obras da entrada de Santos. A matéria citou que após ter o sinal verde do Palácio dos Bandeirantes, a empresa faria a obra, cujo investimento previsto é de cerca de R\$ 250 milhões. Na época, a reportagem explicava que o início das intervenções dependiam da assinatura do convênio, e que o prazo máximo estimado de execução da obra seria de 36 meses, por causa da complexidade das ações e por envolver uma área muito extensa. O diretor superintendente da Ecovias, Rui Klein, foi quem fez as afirmações na época e também quem esteve ontem na reunião, na Dersa, em São Paulo.



INFORMAÇÕES

Intervenções da Prefeitura

Foram concluídos e entregues em outubro de 2017 os projetos executivos das intervenções, não restando documentos pendentes. As obras por parte da Prefeitura são da interligação em desnível da Avenida Nossa Senhora de Fátima à Via Anchieta; interligação da Marginal Sul da Via Anchieta com a Rua Julia Ferreira de Carvalho, via nova ponte sobre o Rio São Jorge.

Sob responsabilidade do Estado

Os projetos executivos estão concluídos. Já a Artesp apenas aguarda uma decisão do Tribunal de Contas do Estado sob o modelo a ser utilizado em repactuações contratuais para incluir as obras no contrato de concessão do Sistema Anchieta-Imigrantes (Ecovias). As intervenções sob responsabilidade do Estado são: retificação da Pista Sul da Via Anchieta, com interligação das vias marginais sob novo viaduto no km 65 da Pista Sul; novo viaduto de conexão das marginais da Via Anchieta na altura do Bairro Piratininga e nova alça de saída do Viaduto Augusto Scaraboto sentido Planalto.

Do Governo Federal

Ficou sob responsabilidade da União, por parte da Codesp, a Interligação da Via Anchieta à Avenida Perimetral da Margem Direita. No dia 3 de fevereiro o Ministro dos Transportes, Mauricio Quintela, anunciou em evento realizado em Santos que o projeto executivo desta intervenção seria contratado pela Codesp, em até 45 dias. No entanto, esse prazo expirou e não houve manifestação para a contratação.

Fonte: Dersa, com base na reunião realizada ontem, na Capital.

Gaema acusa Poder Público de omissão

GUSTAVO T. DE MIRANDA

■ ■ ■ Nove meses depois de ter instaurado um inquérito cobrando medidas contra as enchentes na entrada de Santos, a promotora Almachia Zwart Acerbi, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) na Baixada Santista, critica a demora nas obras e acusa o Poder Público de ser omissivo, apesar de admitir que as soluções “demandam prazo”, pois dependem de “processos burocráticos”.

O inquérito foi instaurado em junho de 2017. Desde então, reuniões sistemáticas vêm sendo feitas com técnicos da Prefeitura de Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), além de mora-

dores da Zona Noroeste, que é a área mais afetada pelos alagamentos, como o que aconteceu no último dia 7 de março.

“Tivemos diversas reuniões na busca que seja tudo resolvido da melhor forma possível. Se não chegar a esse acordo, o Ministério Público vai ajuizar ações”, argumenta Almachia.

De acordo com informações da promotora, o inquérito não é para ser resolvido rapidamente porque não é da noite para o dia que todas as intervenções serão feitas. “Graças ao inquérito, várias obras paliativas estão sendo realizadas, com o MP sempre recomendando e determinando a realização dessas obras”, opina.

O problema é que algumas

REUNIÃO

Na última 3ª-feira, o Gaema organizou outro encontro para discutir o impasse nas obras na entrada de Santos. Segundo a promotora Almachia Zwart Acerbi, depois de mais de 4h de discussão, chegou-se ao seguinte acordo: “é interesse de todos a realização do projeto Nova Entrada do Porto, que é um estudo da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo). É um projeto que vai beneficiar a todos”.

obras de macrodrenagem necessitam de valores que não estão ainda no orçamento municipal. “Necessitam de finan-

ciamentos. Todas essas obras estavam diagnosticadas naquele Projeto Santos Novos Tempos. Ele tinha um financiamento pelo BID e a Prefeitura tinha dinheiro para fazer todas essas obras. Agora, a Cidade perdeu esse dinheiro”, resume.

“Há uma omissão da Prefeitura. Existe um problema grave de ter perdido um dinheiro, tem os projetos diagnosticados e não tem dinheiro para todos. Depende de um esforço para que as medidas mínimas sejam realizadas”, critica.

COLABORAÇÃO

Apesar de acusar a Prefeitura de omissão, a promotora também tem chamado outros órgãos a participar das discussões.

“Algumas obras, o MP entende que podemos buscar a responsabilidade de outros atores, como a Codesp e a MRS. Pois há uma ferrovia que, para operar, no meu entender, precisa facilitar a drenagem da água debaixo da rodovia. Essa obra nessa passagem, por exemplo, seria responsabilidade da MRS”, explica Almachia.

À MRS caberia, por exemplo, ampliar a rede de drenagem que leva a água das chuvas para o Rio Lenheiros. Embaixo da ferrovia operada pela empresa há uma tubulação que não daria conta de dar vazão às águas — o que contribuiria para os alagamentos na Avenida Martins Fontes, na altura do Instituto Médico Legal (IML).

Depois, essas águas precisariam chegar até o mar, passando por uma tubulação instalada em área de domínio da Codesp, na Avenida Augusto Ba-

rata. “O MP quer que as obras sejam realizadas, mas em nenhum momento a gente tira a responsabilidade da Prefeitura em inúmeros erros. Não é só esse prefeito (Paulo Alexandre Barbosa, PSDB). Vem de anos na omissão. Se o prefeito resolvesse esse problema, ele mereceria ganhar um busto”, diz.

Almachia espera que as empresas e a Prefeitura assinem Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Gaema. “Se tudo der certo, vai gerar um TAC. O inquérito só termina com o arquivamento, um TAC e uma ação civil pública. O arquivamento é impossível neste momento. Ou um TAC ou uma Ação Civil Pública. Desejo do fundo do meu coração que seja assinado um TAC, que é a solução menos prejudicial para a população”, comenta.

Prefeitura alega que busca solução

■ ■ ■ Por meio de nota, a Prefeitura de Santos afirmou que “a atual Administração Municipal trabalha intensamente para solução do problema”. Cita ter corrigido erros de projeto, elaborado outros, obtido financiamento e licenciamentos ambientais para “iniciar as obras em breve”.

O mesmo texto explica que “serão investidos em breve cerca de R\$ 15 milhões em obras de drenagem e proteção de áreas de rio” e cerca de R\$ 24 milhões de obras de macrodrenagem e drenagens das Avenidas Nossa Senhora de Fátima e Martins Fontes.

Por fim, afirma que “as ações do Ministério Público são necessárias para que as etapas de obras dos outros entes, Estado e União, que foram cobrados pela Prefeitura para executarem as

obras de drenagem dentro de suas áreas, sejam feitas em conjunto com as obras da Prefeitura”.

MRS

Por e-mail, a MRS criticou a infraestrutura dos municípios. “Estamos lidando com uma deficiência de drenagem de toda a região, uma questão de infraestrutura pública, e não da estrutura ferroviária”.

Para a empresa, resolver a questão da drenagem na área da ferrovia “é um caso de alta complexidade, que exige uma solução completa, isto é, intervenções pontuais não irão sanar o problema para a população. As estruturas que passam sob a ferrovia são apenas uma pequena parte do total de adequações necessárias”.

Ainda segundo a companhia, foi solicitado um estudo

mais aprofundado de impactos na região, bem como um desenho dos diversos atores e entidades direta ou indiretamente envolvidos. “Iremos retornar dentro do prazo de um mês”, cita a MRS.

A Reportagem tentou con-

tatar a Codesp no fim da tarde de ontem, mas não conseguiu. Em matéria publicada por *A Tribuna* no último dia 9, a estatal citou que “os alagamentos na entrada de Santos serão solucionados com a realização da macrodrenagem contemplada no projeto Santos Novos Tempos, de responsabilidade da Prefeitura. Nenhuma parte dessa obra compete à Codesp”.